Gênero e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares

Charliton José dos Santos Machado
Idalina Maria Freitas Lima Santiago
Maria Lúcia da Silva Nunes

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MACHADO, CJS., SANTIAGO, IMFL., and NUNES, MLS., orgs. *Gêneros e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2010. 256 p. ISBN 978-85-7879-038-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Gênero e práticas culturais: *desafios históricos e saberes interdisciplinares*

Charliton José dos Santos Machado
Idalina Maria Freitas Lima Santiago
Maria Lúcia da Silva Nunes

Este livro é resultado dos textos apresentados nas conferências e mesas redondas do I Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais, tendo como tema central: **desafios históricos e saberes interdisciplinares**, ocorrido em João Pessoa, entre os dias 4 a 6 de setembro de 2007. O evento organizou-se em 14 eixos temáticos que orientaram os grupos de trabalhos, duas conferências e seis mesas redondas, com a participação de aproximadamente 800 pessoas dos vários estados do Brasil e a apresentação de 280 comunicações orais distribuídas pelos diversos Gts.

A ideia do evento partiu, inicialmente, dos grupos de pesquisa “Flor e Flor-Estudos de Gênero” (UEPB) e do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” – HISTEDBR/GT (UFPB).

Desde os primórdios de sua organização, o evento pretendeu congrega professoras/es e pesquisadoras/es, estudantes, especialistas, profissionais, integrantes de Organizações Não-Governamentais, Núcleos de Pesquisa, Centros e Programas Universitários de Estudos de Gênero no Brasil, no sentido de discutir dois âmbitos estratégicos para a potencialização de ações educativas,

na perspectiva de promoção da equidade de gênero: primeiro, a articulação de pesquisas interdisciplinares e, segundo, a formação do(a) educador(a), com vistas à atualização do conhecimento e à socialização de experiências na referida área. Essa preocupação em articular os estudos de gênero com o debate educacional comunga com uma visão, segundo a qual:

[...] a Educação está implicada, seja qual for a perspectiva que se assuma, num processo de construção de sujeitos. Gênero pode ser, pois, um conceito relevante, útil e apropriado para as questões educacionais. Pondo em xeque o caráter 'natural' do feminino e do masculino, o conceito indica que há um processo, uma ação, um investimento para 'fazer' um sujeito 'de gênero' (e não se duvida que a educação tem a ver com isso). Por outro lado, nessa área, como ocorreu em tantas outras, os estudos e as práticas preocupados com tais questões concentraram-se, por muito tempo, exclusivamente nas meninas e nas mulheres ou, em alguns casos, utilizaram de forma muito limitada o novo conceito, tomando-o como um mero substituto para o termo mulher e desprezando, assim, suas potencialidades analíticas mais radicais (LOURO, 2002, p. 229).

Nesse sentido, o evento abriu várias frentes de discussão associadas ao eixo central gênero, tais como: saberes históricos e educativos, literatura, linguagem, representações, raça, direitos humanos, cidadania, inclusão social, educação, movimentos sociais, corpo, sexualidades, direitos sexuais e reprodutivos, homens e masculinidades, cultura, identidade, mídia, trabalho, desenvolvimento sustentável, instituições históricas, infância, educação no campo e saber popular.

O evento teve como objetivos promover a reflexão e o debate das/dos participantes sobre as relações de gênero que se estabelecem em instâncias sociais distintas e analisar o discurso sobre gênero elaborado por diferentes representações culturais, na perspectiva de contribuir para a construção de novas relações de gênero pautadas na igualdade de oportunidades, no cumprimento aos direitos humanos e na plena vivência da cidadania.

Ao refletir sobre as relações entre os conceitos de gênero, cidadania e direitos humanos, Pitanguy (2002, p. 111) atribui-lhes um caráter “estruturante das relações entre os indivíduos, entre estes e o Estado e entre nações”. Destaca, ainda, que traçar um panorama dos direitos humanos é apontar para um “processo de conformação de novos sujeitos históricos enquanto titulares de direitos

humanos”, que tem como um de seus principais suportes as relações de gênero, ao mesmo tempo em que estabelece novos modelos para essas.

A nova linguagem dos direitos humanos estabelece parâmetros para as relações de gênero, redefine territórios de cidadania, reconfigura os conteúdos simbólicos de feminino e masculino porque evidencia as desigualdades e hierarquias nas relações entre homens e mulheres e nas relações de homens e mulheres com instâncias da vida, como a violência, a sexualidade, a reprodução, o meio ambiente que, até então, não faziam parte dessa linguagem (PINTANGUY, 2002, p. 118).

Por essa compreensão, entendemos que nesse início de século XXI, em nosso país, tal como no resto do mundo, os estudos acerca da problemática de gênero e práticas culturais têm contribuído significativamente para a profundidade teórica reflexiva, possibilitando entender as transformações constitutivas de relacionamentos e estilos de vida em uma determinada época e espaço.

Nesse sentido, a realização e a promoção do intercâmbio de experiências entre estudiosos de diferentes instituições e regiões do país, a partir da década de 1970 (contexto de importantes lutas e conquistas), têm tratado, pois, do reconhecimento de uma histórica dimensão da desigualdade e exclusão sócio-cultural até então não trabalhada no âmbito acadêmico, sobretudo, em relação às, assim denominadas, minorias. Segundo Dinis (2008, p. 478):

A universidade tem sido chamada à responsabilidade da discussão do tema da alteridade e da inclusão das minorias, o que implica discutir sua posição frente aos novos sujeitos escolares que reivindicam seu espaço no currículo escolar, a exemplo das minorias étnicas e raciais, dos indivíduos com necessidades educativas especiais, das minorias sexuais e de gênero e das inúmeras diferenças culturais e comportamentais que habitam o espaço escolar. Alteridade, heterogeneidade, diferença, diversidade, multiculturalismo são algumas das expressões mais usadas nos últimos tempos no discurso acadêmico e nos movimentos sociais para fomentar tal debate.

Ressaltamos que, nas últimas três décadas, foram produzidos, nos Movimentos Sociais, nas Organizações Não-Governamentais e em outras instâncias da sociedade civil, inúmeros trabalhos, experiências, práticas, vivências e enfrentamentos, bem como monografias, dissertações e teses nos diversos Programas de Pós-Graduação, com destaque para áreas de conhecimento da

Educação, Letras e Ciências Humanas. Todavia, ainda há muito a ser feito e até discutido, quando se percebe que o debate sobre as minorias sexuais e a diversidade sexual e de gênero, por exemplo, continua ausente nas políticas públicas, em áreas privilegiadas de pesquisa e em eventos educacionais. É o que denuncia acertadamente Dinis (2008, p. 480), em um parágrafo consistente:

[...] podemos ainda detectar várias lacunas, a exemplo da resistência de instituições financiadoras de pesquisa como o CNPq, acerca da reivindicação pela criação de uma nova área de conhecimento que englobe os estudos de gênero na Educação. Minorias sexuais e de gênero também são temas ausentes no tocante aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Embora estes ressaltem a necessidade de se tratar a sexualidade como tema transversal, nada é mencionado, mais especificadamente, em relação à homossexualidade. Nos objetivos da proposta menciona-se apenas o respeito à 'diversidade de valores, crenças e comportamentos existentes e relativos à sexualidade, desde que seja garantida a dignidade do ser humano'(Brasil, 1997, p. 133); ou ainda 'reconhecer como determinações culturais as características socialmente atribuídas ao masculino e ao feminino, posicionando-se contra discriminações a elas associadas' (idem, *ibid.*). Sem uma referência explícita ao tema da discriminação sexual contra homossexuais e outras diversidades sexuais (como travestis, transexuais, bissexuais etc.) no espaço escolar, resta ao/a educador/a apenas a interpretação da necessidade ou não da inclusão do tema a partir da leitura dos objetivos, já que pode interpretá-los apenas como a necessidade de questionar as representações sociais acerca do masculino e do feminino, sem mencionar outras práticas sexuais que sejam divergentes da norma heterossexual. Mesmo nas Conferências Ibero-Americanas sobre Educação, a homossexualidade é tema ausente. Em consonância com as políticas de inclusão, presentes no discurso atual da educação, chegam a mencionar a necessidade de políticas de inclusão das mulheres, mas nada é mencionado em relação ao combate à homofobia, e a necessidade da inclusão do tema da diversidade sexual no espaço acadêmico. Essa ausência também é bastante comum nas políticas de Direitos Humanos no Brasil. Qualquer brasileira/o pode se lembrar facilmente de vários nomes da política nacional que defendem publicamente causas ligadas aos direitos das minorias étnicas e raciais, aos direitos da mulher e aos direitos de presidiários/as, mas que se escondem quando o assunto em pauta é o combate à homofobia ou a reivindicação de direitos por parte dos grupos GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros).

Dessa forma, na ordem temática que se propôs o evento e se propõe este livro, é importante enfatizarmos que a categoria gênero é uma categoria relacional, isso quer dizer, por um lado, que os gêneros se definem na relação com o outro, mas por outro, sendo um aspecto das relações sociais e culturais de poder e de subjetivação, o gênero articula-se com outros tipos de relações sociais - geração, raça, etnia, classe, profissão, sexualidade - de maneiras cada vez mais diversas, indicando novos sentidos e perspectivas de interpretação em relação à condição humana. Ancoramos nossa perspectiva nas palavras de Louro (2008, p. 22), quando afirma:

Pretende-se, dessa forma, recolocar o debate no campo social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação.

Portanto, face às exigências de uma nova realidade, a realização do respectivo evento revelou o compromisso dos/as organizadores/as em propor a continuidade e a ampliação das reflexões e discussões teórico-metodológicas e pesquisas relacionados à problemática de gênero, procurando abrir um espaço interdisciplinar para a diversidade de opiniões, práticas e saberes sobre gênero, oriundos dos diferentes lugares sociais ocupados pelos sujeitos dispostos ao debate.

Com esse interesse, foram constituídas duas conferências e seis mesas redondas aqui representadas pelos textos que se seguem:

Na conferência de abertura **Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças**, Durval Muniz de Albuquerque Júnior interroga sobre o que é ser macho e que traços delineiam e definem o perfil de um macho, destacando tanto características físicas quanto psicológicas, emocionais e comportamentais que têm sido utilizadas para definir esse perfil. Mas, chama a atenção para a necessidade de repensarmos práticas e formas de pensar, a fim de que possamos nos tornar pessoas melhores capazes de construir novos tempos, melhores do que este, para isto urge “deixarmos de ser machos ou fêmeas, para sermos melhores seres humanos.”

Na Mesa 1 – Gênero e formação docente –, temos o texto de Adla Betsaida M. Teixeira, **O “Magistério” do gênero: impactos da vida de discentes e docentes**, no qual a autora reflete sobre as formas como as organizações escolares arquitetam identidades de gênero, buscando compreender o “processo de des-intelectualização” do trabalho docente ao associar “feminilidade” e magistério e a influência das ações docentes na propagação de padrões de comportamento como elementos geradores de questões de gênero no comportamento de alunos e alunas.

Em **“Se a escola não desse uma ajuda...”: homo/transfobia na escola pública**, Fernando Cézar Bezerra de Andrade analisa a homofobia em um caso que envolveu uma aluna travesti, em uma escola pública em João Pessoa-Paraíba, pondo em relevo a força que as ideias e disposições, inclusive afetivas, exercem na condução de práticas pedagógicas de inclusão das diferenças sexuais e de gênero na escola. O autor aponta que, mesmo quando há as melhores intenções em favor da inclusão das variâncias, se os pressupostos cognitivos e afetivos gerados por preconceitos não forem analisados, a tendência é a reprodução de práticas excludentes, que ferem os princípios da abertura ao novo e da liberdade que devem nortear a inclusão em uma escola pública, democrática e plural.

Na Mesa 2 – Gênero, raça e etnia –, Mirian de Albuquerque Aquino organiza seu texto, **A cor da desigualdade nos processos seletivos das universidades públicas ainda atravessa o Atlântico negro?**, a partir dos seguintes questionamentos: Que lugar têm ocupado os homens e as mulheres negras, na sociedade da informação, do conhecimento e do aprendizado? e Como as universidades públicas têm fomentado a inclusão de negros/as?

Em **A conquista da liberdade: alforrias de mulheres escravizadas na cidade da Paraíba, século XIX**, Solange Pereira da Rocha apresenta algumas histórias de mulheres escravizadas do século XIX, na Paraíba, que se opuseram ao sistema escravista e buscaram conquistar a liberdade via carta de alforria. Destaca que essas histórias estão em consonâncias com os novos enfoques da temática da escravidão, nos quais mulheres e homens escravizados são considerados sujeitos históricos que, mesmo com os limites e a violência imposta pela sociedade escravista, construíram uma lógica de sobrevivência e de resistência ao sistema.

Waldeci Ferreira Chagas apresenta no texto **Educação e etnicidade: o(a) negro(a) nas aulas de História** as discussões originadas de suas ações, experiências e vivências étnicas junto aos/as professores/as de História que atuam no ensino fundamental e médio das escolas públicas da Paraíba, especificamente na região de Guarabira. Analisa vivências e observações de sala de aula acerca da história do/a negro/a e sua inclusão nos currículos do ensino fundamental e médio. O autor destaca que, embora as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana sejam de 2004, a recomendação da inserção da diversidade étnica e racial no currículo e na sala de aula já aparece na LDB, de 1996 e nos Parâmetros Curriculares Nacionais, de 1997, fato que rebate na inclusão da história da África, história do/a negro/a e cultura afro-brasileira como conteúdos fundamentais na compreensão da formação da sociedade e da cultura brasileiras.

Em **A responsabilidade da universidade com a diversidade: cotas para afro-brasileiros na UFPB**, Wilson Honorato Aragão apresenta algumas reflexões sobre o debate de cotas raciais, enquanto política de ações afirmativas para negros e negras, destacando que, na atual conjuntura, a universidade deve ter um maior compromisso com a democratização da sociedade e, para tanto, tem que dar exemplo de democratização do acesso e permanência de alunas/os aos/nos espaços de conhecimentos formais, na graduação e na pós-graduação estrito senso, bem como promover uma formação de professores/as que tenha como centralidade o respeito à diversidade da população brasileira, o combate ao racismo, e a todos os preconceitos sociais.

Na mesa 3 - Gênero, educação e literatura – o texto de Maria Arisnete Câmara de Moraes, **Gênero, educação e literatura**, discute as leituras de formação, reguladoras de condutas e modos de ser nas relações de poder entre os sexos, na sociedade, nas três últimas décadas do Século XIX. A autora tece suas considerações a partir da obra “Reflexões Às Minhas Alunas” (1874), de Isabel Gondim e do artigo de Ana Ribeiro de Góes Bettencourt, para o “Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro” (1885), destacando que, através de seus textos, essas escritoras configuram práticas e momentos da História da Educação no Brasil, durante o período em estudo.

O texto **Samarica Parteira – uma mulher no sertão de Luiz Gonzaga**, de Maria Claurênia Abreu de A. Silveira, analisa como Luiz Gonzaga, o Rei do

Baião, através da performance oral, utilizando técnica de contador de história, revela uma face da cultura nordestina, onde ressalta a influência e o saber de uma mulher, no exercício de sua profissão. Segundo a autora, apoiando-se nos estudos de Halbwach's, a situação apresentada pelo artista mencionado, autor e intérprete do texto, inscreve-se na memória coletiva do Nordeste brasileiro.

Gênero, sexualidade e cultura: uma agenda contemporânea foi o tema da Mesa 4, onde se insere o texto de Antônio de Pádua Dias da Silva, **Perfis das personagens mulheres da literatura brasileira de autoria feminina: dependência, vingança, solidão**. O autor analisa aspectos psíquicos, através da leitura do comportamento, de falas e de atitudes, de personagens mulheres da literatura brasileira contemporânea, centrando-se na contística de Ivana Arruda Leite – “Histórias da mulher do fim do século XX” (1997), “Falo de mulher” (2002) e “Ao homem que não me quis” (2005). Segundo o autor, os perfis de personagens mulheres nos contos dessa autora revelam que o grande vilão da história das “mulheres do fim do século XX” ou das mulheres contemporâneas é a *dependência* físico-psicológica, que as mantém numa posição de retaguarda, impedindo-as de avançar naquilo que as tornam mais *sujeitos de si*.

No artigo **Sexualidade e educação: itinerários de pesquisa**, Luiz Pereira de Lima Júnior propõe, a partir de pressupostos foucaultinos, cartografar pistas que subsidiem a reflexão sobre a pesquisa em sexualidade e educação, pondo a nu seus discursos e práticas, e vislumbrando as resistências ao instituído, ressaltando o acontecimento aleatório do sexo, como a via que conduzirá ao prazer: a supremacia dos instintos.

Ellis Regina Ferreira dos Santos e Idalina Maria Freitas Lima Santiago, em **Relações de gênero na perspectiva dos/as professores/as do ensino fundamental**, apresentam dados acerca da importância que as questões de gênero têm na dinâmica sócio cultural do cotidiano escolar. Considerando que as relações de gênero exercem fortes influências na construção da pessoa e que o processo educativo desencadeado no ambiente escolar é significativo para informar estas relações, as autoras evidenciam que os/as professores/as do ensino fundamental, na cidade de Campina Grande/PB, não se apropriam da discussão acadêmica do conceito de gênero, demonstrando dificuldade em defini-lo. Elaboram noções associadas às incorporações tradicionais e críticas de modelos de masculinidade e feminilidade sem, contudo, fazerem a correlação entre o que falavam e a teoria das relações de gênero.

O artigo de Jomar Ricardo da Silva, **Ama-se apenas por engano: amor e sedução no início do século XX**, da Mesa 5 - Gênero, educação e história – analisa como a personagem Cassi Jones, do romance “Clara dos Anjos” (1956) desenvolve sua teoria própria do amor. Segundo o autor, a condição de sedutor vivida por Cassi Jones leva-o a expressar as relações estabelecidas com as mulheres como uma aproximação mecânica entre corpos unidos pela paixão e para acompanhar a sua concepção orientadora do processo de conquista, o protagonista lança mão de uma maneira de agir peculiar através da qual concretiza os planos previamente estabelecidos.

Em **Mestras do sertão: a carreira docente de mulheres formadas pela escola normal de Feira de Santana entre 1930 e 1949**, Antonio Roberto Seixas da Cruz (re) constitui a forma como atuavam as professoras formadas entre 1930 e 1949, pela Escola Normal de Feira de Santana, Bahia, a partir da maneira como se viam e se colocavam no exercício de suas funções do magistério. Segundo o autor, no exercício do magistério, as professoras mostraram que consideravam seus alunos como filhos espirituais. Isso remete a uma concepção de docência que não subverte a função feminina primordial de mãe, pelo contrário, serve para ampliá-la e até sublimá-la. Em suas conclusões, o autor aponta que as docentes exerceram o magistério com amor, doação e entrega, o que, segundo as mesmas, era sinônimo de “vocaçào”.

Ainda na Mesa 5, temos o artigo de Lígia Pereira dos Santos, **Deficiência e maternidade: uma análise feminista na APAE-CG**, em que a autora estuda as percepções e ações no exercício da maternidade, pondo em destaque os condicionantes de gênero e os mitos construídos que influenciam na caracterização e no comportamento das mulheres-mães com filhos e/ou filhas com deficiência que são usuários/as da APAE-CG. A autora chama a atenção para a invisibilidade do trabalho de mulheres-mães que geraram filhos/as com deficiência, ou seja, o trabalho reprodutivo realizado no âmbito privado e correlato à escolaridade não chega a ser classificado como uma atividade produtora de riqueza. Dessa forma, os afazeres domésticos, os cuidados escolares com filhos e filhas e com a família, em geral, são atividades domésticas consideradas específicas à maternidade e à feminilidade, portanto trabalhos de mulher, mas não *trabalho*.

A conferência de encerramento foi proferida por Maria Eulina Pessoa de Carvalho. Sob o título **Gênero, educação e ciência**, a autora examina

historicamente esses três conceitos, para em seguida refletir sobre as relações de gênero na educação e na ciência, considerando que as ciências, especificamente as naturais, e as tecnologias são campos considerados masculinos, porque historicamente construídos assim. A autora põe, em destaque, o papel decisivo da educação para a construção do conhecimento, afirmando que: “A formação dos cientistas começa na escola/universidade. Uma ciência crítica requer uma educação crítica. E justamente a educação – campo que se tornou feminino na história recente – nem goza de status científico!” Conclui, alertando que gênero ainda é uma problemática ignorada na academia e na formação profissional.

Referências

DINIS, Nilson Fernandes. Educação, relações de gênero e sexualidade. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 29, n. 103, p. 477-492, maio/ago. 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero: questões para a educação. In: BRUSSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC; Ed. 34, 2002. p. 225-242.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

PITANGUY, Jacqueline. Gênero, cidadania e direitos humanos. In: BRUSSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC; Ed. 34, 2002. p. 109-119.